



A Classe Operária

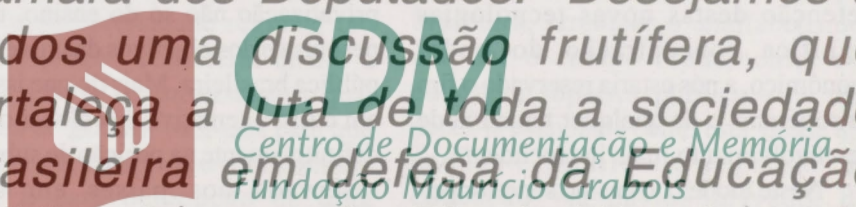


PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os educadores, estudantes e entidades presentes no I Congresso Nacional de Educação, terão oportunidade rara de discutir a resistência às tentativas de privatização do ensino e descometimento do Estado com a área. Este momento de reflexão e debate da sociedade sobre a situação pode ser importante para a construção de uma ampla resistência ao projeto neoliberal para a Educação e de defesa de um sistema nacional de educação pública e democrático. Com este encarte, o Partido Comunista do Brasil pretende dar uma contribuição a este debate. São idéias colhidas de seminários, congressos, documentos, entrevistas e trabalhos do PCdoB na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Desejamos a todos uma discussão frutífera, que fortaleça a luta de toda a sociedade brasileira em defesa da Educação pública. (textos de Gisela Mendonça)



Receita de submissão

O Banco Mundial é a inspiração da proposta do governo Fernando Henrique para a Universidade, que vai no rumo da privatização do conhecimento

Preocupado com a crise que atinge as instituições universitárias em todo o mundo, o Banco Mundial divulgou em 1995 um relatório que leva o título de "O Ensino Superior - As Lições Tiradas da Experiência". O diagnóstico e as conclusões apresentadas no documento têm sido a bíblia que orienta a política para o ensino superior no governo brasileiro.

O exame da situação atual identifica uma crise de proporções mundiais: a educação superior depende fundamentalmente do investimento público e, em tempos de restrições generalizadas, os países devem fazer esforço para manter ou melhorar a qualidade do ensino superior quando ao mesmo tempo restringem as verbas. O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, tem insistido na tese de que o problema não são verbas, e sim sua distribuição e a qualidade do serviço oferecido pelas universidades. O ex-funcionário do Banco Mundial aprendeu bem as lições do seu estágio e procura, agora, adaptar ao Brasil a receita.

São quatro as orientações básicas apresentadas pelo órgão de financiamento:

- Fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas.

- Incentivo para instituições públicas diversificarem as fontes de financiamento: participação dos

estudantes nos gastos, estreita vinculação entre financiamento público e resultados, mobilização de mais fundos privados.

- Redefinir a função do governo na Educação superior.

- Adotar políticas destinadas a dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

É, portanto, uma mudança fundamental entre o papel do Estado no financiamento da Universidade e no papel desta na produção e difusão do conhecimento e geração de novas tecnologias. Para o Banco Mundial, "o modelo tradicional de universidade européia de investigação, com sua estrutura de programas em um só nível, demonstrou ser caro e pouco apropriado no mundo em desenvolvimento". Em outras palavras, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão não tem mais razão de ser numa era em que aos países em desenvolvimento é reservado um papel periférico, de mero consumidor das inovações científicas e tecnológicas produzidas nos países centrais. Como a detenção destas novas tecnologias significa concentração do poder econômico, a nós estaria reservado o fim da soberania e de qualquer tentativa de desenvolvimento mais independente.

Neste modelo, o ensino superior privado tem papel relevante. É recomen-

dada aos governos uma política de completa liberdade para o ensino privado, evitando controle dos preços de matrículas e mensalidades e concedendo incentivos financeiros para estimular as instituições privadas, "já que constituem um meio de ampliar matrículas a custo público mais baixo". Esta proposta é velha conhecida no Brasil. A expansão do ensino superior aqui se deu fundamentalmente via universidade particular, e mesmo o controle mínimo que existiu até 94 foi completamente abolido no governo Fernando Henrique, período em que matrículas e mensalidades experimentaram aumentos astronômicos.

O relatório indica que, mesmo no ensino superior público, as fontes de financiamento devem ser diversificadas, com pelo menos 30% de origem privada. Para isso, afirma o receituário, a chave é a autonomia. Autonomia, é claro, entendida como "direito de fixar taxa de matrícula, contratar e demitir pessoal, utilizar verbas de modo flexível". Aí mais uma vez a coincidência dos discursos (e da prática) é impressionante. O governo brasileiro vem insistindo na aprovação pelo Congresso de um dispositivo que "regulamente" a auto-

nomia universitária garantida pela Constituição. Como chegou-se a um limite no estrangulamento de verbas, hoje

insuficientes até para manter a estrutura existente, a saída apontada é dar autonomia para buscar fontes alternativas de captação de recursos.

Para coroar a receita, o Banco Mundial indica que o financiamento deve ser vinculado a critérios de desempenho, tal qual o modelo chileno, que "canaliza fundos para as instituições públicas e privadas segundo o número de estudantes de excelente rendimento". Qualquer semelhança com o estabelecimento de um "ranking", em que as universidades do topo receberiam mais verbas não é mera coincidência. A forma para aferir a excelência encontrada pelo nosso Ministério é o exame de final de curso, que analisa (mal) o resultado de saída. Instituições com bom desempenho receberiam os recursos, as menos felizes ou buscam recursos privados ou se transformam em colégios de terceiro grau, abrindo mão de qualquer investigação científica e projetos de extensão.

Está em curso, sob inspiração do Banco Mundial, uma tentativa de privatização não só do ensino, mas da pesquisa e dos objetivos da universidade pública brasileira. Mais do que isso, está em curso a tentativa de colocar o Brasil definitivamente na posição de submissão reservada aos países em desenvolvimento no mundo neoliberal.



Unesco aponta desigualdade de acesso

Países em desenvolvimento como o Brasil gastam com ensino superior dez vezes menos que países ricos

Em seu "Documento de Política para Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior", publicado em 95, a Unesco (órgão da ONU para a Educação) indica que, apesar de terem crescido as matrículas no ensino superior em todo o mundo, a expansão veio acompanhada de muita desigualdade. O órgão da ONU alerta que nos países em desenvolvimento o número de jovens aumenta continuamente e que o ponto de partida da educação superior era muito baixo na década de 60.

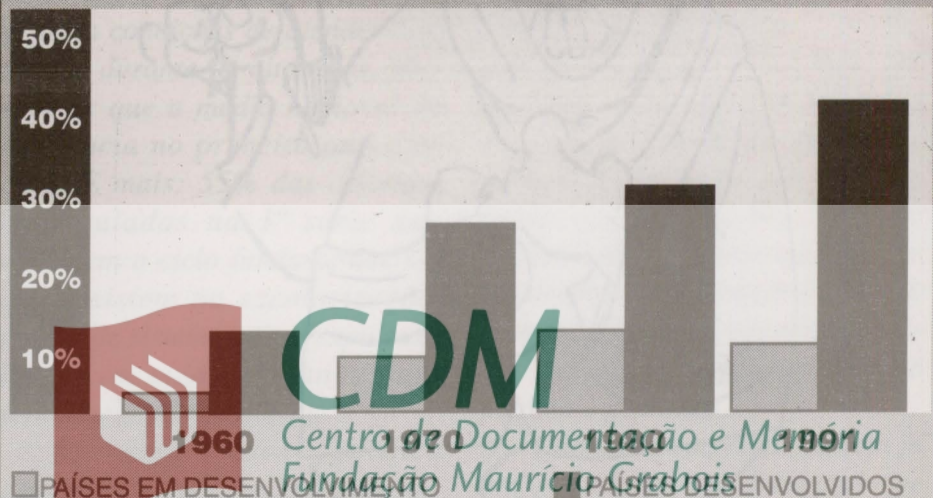
As proporções de matrícula da faixa etária 18-23 anos indicam desigualdades entre as principais

regiões do mundo (vide gráfico). É importante observar outro dado que consta do relatório: "nos países em desenvolvimento, a expansão se concentra em programas de estudo que requerem um baixo nível de despesas com pessoal, de equipamento e funcionamento em geral, em lugar de âmbitos que existem mais recursos, como as ciências naturais e a tecnologia".

Segundo as estatísticas da Unesco, os países em desenvolvimento gastam alto índice do PNB em educação superior pública. Mas estão ainda muito longe de poder alocar o nível de apoio de que necessitam ou que se encontra nos países desenvolvidos. Em média, a despesa por estudante em termos absolutos é dez vezes inferior nos países em desenvolvimento, comparado às regiões ricas do planeta.

Matrículas no ensino superior

Aumento de 1960 a 1991



Fonte Unesco

“A Universidade deve contribuir para transformação social”

O ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e ex-presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) diz que o governo Fernando Henrique sufoca a Universidade Brasileira e impede com isso o desenvolvimento independente do país

De 91 a 95, a Andifes se destacou por sua política de resistência aos ataques à Universidade pública brasileira. À frente da associação neste período, o professor Diomário Queiroz exigiu mais verbas do governo e chegou a entrar com processo de crime de responsabilidade contra o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que se negava a pagar direitos devidos aos professores universitários. Nesta entrevista à *Classe Operária*, o grande defensor do ensino superior público diz o que pensa sobre autonomia, verbas e papel da universidade pública no desenvolvimento do país.

A Classe Operária - A autonomia universitária se tornou a bola da vez, para governo e universidades. Por que esta discussão ressurge com tanta força?

Diomário Queiroz - É uma questão de muitos anos, mas nunca resolvida. E o problema da autonomia está diretamente ligado ao do financiamento.

É como se eu desse uma mesada ínfima para os meus filhos e dissesse: “Agora você tem autonomia para fazer o que quiser”. Esta

autonomia é falsa porque limitada por um orçamento muito restrito. O governo vê na autonomia, pelas medidas propostas, uma forma de descomprometimento com os orçamentos, de se liberar do financiamento do ensino superior público. Para a universidade, autonomia é dispor de orçamentos compatíveis para o pleno desenvolvimento e exercício do ensino, pesquisa e extensão, sempre subordinando-se ao interesse social.

C.O. - Existe uma grande campanha de que as universidades não servem à sociedade; só recebem filhos de ricos, sem dar a contrapartida. Como a universidade vai estabelecer interface com a sociedade para disputar esta opinião, para mostrar e convencer a sociedade a importância da universidade na transformação social?

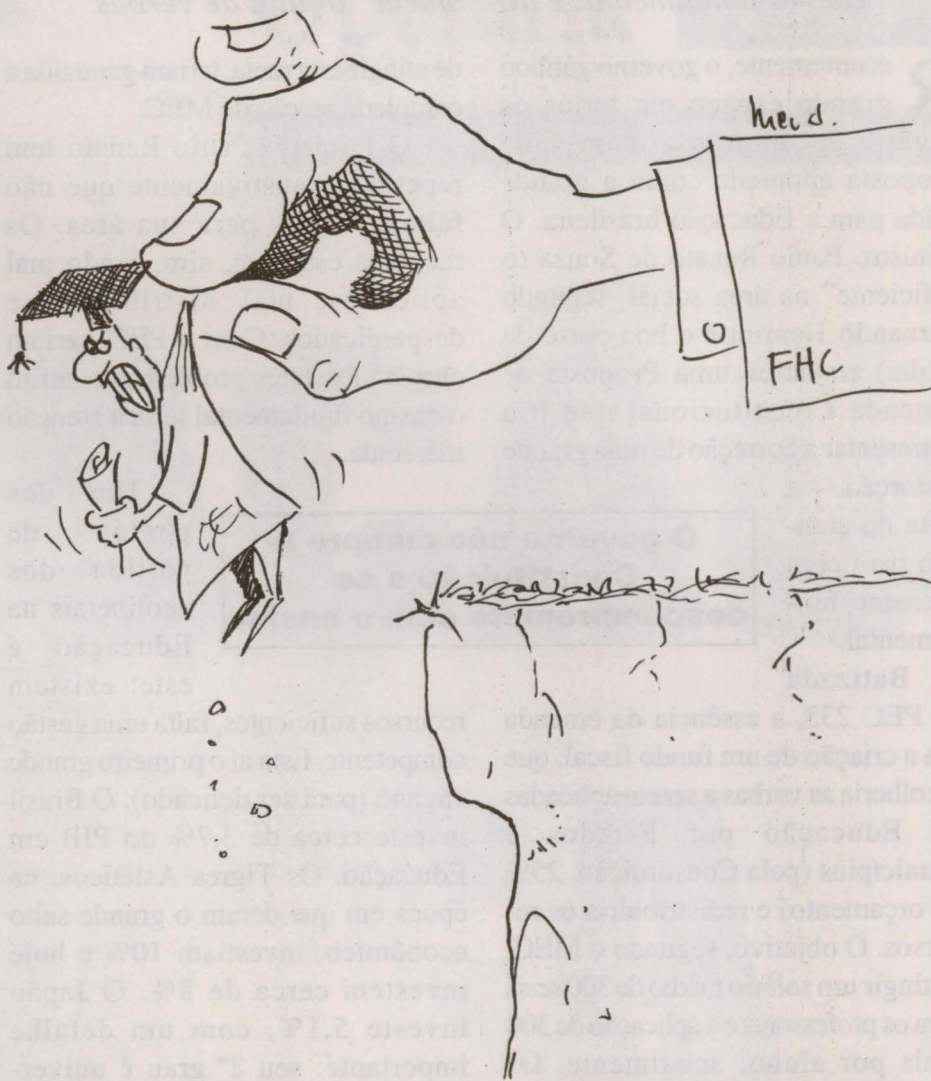
Prof. Diomário - O desperdício que existe hoje nas universidades públicas é dispor de um quadro de pessoal altamente qualificado, mais de 40 mil professores pós-graduados, sem que se dêem as condições necessárias para desenvolver seus projetos de pesquisa e extensão. O período de maturação de um curso de pós-graduação ou de grupo de pesquisa é o período de 15, 20 anos.

Começa com a formação dos professores, de laboratórios e quando estes grupos chegam a certa maturidade, certamente os trabalhos se multiplicam em direção à sociedade. O que está acontecendo é que estão sendo abortados no processo ainda de consolidação. Mesmo assim ainda existem exemplos em todas as universidades públicas de grupos que chegaram à sua maturidade e nos seus objetivos finais. Os resultados são extremamente compensadores. Aí o respeito e o reconhecimento da sociedade são evidentes também. Mas o governo está sufocando o esforço de consolidação de uma universidade que pratique a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Acho que por muito tempo este ônus de ter tolhido a universidade vai pesar no desenvolvimento, como responsabilidade do atual governo.

C.O. - O desenvolvimento tecnológico e científico é chave para o desenvolvimento hoje. Que consequência pode ter para um país como o Brasil este ataque e estas restrições que o governo FHC vem fazendo a universidade?

Prof. Diomário - Este é o grande paradoxo. Um país como o Brasil, que precisa se desenvolver pela valorização dos seus recursos humanos e ambientais, não pode prescindir do fortalecimento da atividade da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Temos que formar cidadãos e líderes nas diversas profissões capazes de pensar e repensar o Brasil no sentido do desenvolvimento e valorização do país, e não da exploração. A lógica de depredação, de apropriação dos recursos naturais, tem que ser substituída por uma lógica de valorização, respeito e preservação dos recursos existentes em convivência harmônica com os homens, no sentido de criar riquezas e trazer as condições de bem-estar para todo mundo. E isto só é possível com um quadro universitário bem formado, que se distinga daqueles profissionais que apenas se embebedam de conhecimentos alienígenas; pessoas capazes de pensar a realidade brasileira. No Brasil, a Universidade é o único estoque desses conhecimentos para transformação da sociedade brasileira.

C.O. - A ONU divulgou recentemente um relatório que indica que este processo de globalização, apesar de irreversível, tem aumentado a distância entre ricos e pobres. Poucos



milionários detêm 45% do PIB do mundo. Num modelo como este, é possível se desenvolver um projeto de universidade como o que o senhor defende?

Prof. Diomário - O processo de concentração de renda é a grande contradição deste modelo, desta lógica do lucro, tendo como paradigma apenas as demandas de um grupo restrito de mercado. Temos que trocar o paradigma do lucro e do mercado pelo paradigma da solidariedade, da eficácia social. Não podemos aceitar uma situação de injustiça social que além de se perpetuar se agrava pela própria concentração do conhecimento. À Universidade pública cabe a disseminação do conhecimento em projetos de caráter social.

C.O. - O governo aponta como saída para a falta de recursos que a universidade busque outras fontes, com forte apelo para parcerias com a iniciativa privada e mesmo com o fim da gratuidade do ensino superior.

Prof. Diomário - Esse modelo eu já li na proposta do Banco Mundial para as universidades do mundo todo. É uma forma que propugna pelo menos 30% do orçamento com origem em projetos e outros serviços prestados. É irrealista para o Brasil. Num país em desenvolvimento, de altos contrastes sociais e de diversidade regional tão grande, é preciso considerar qual é a relevância social da universidade e qual é a forma de garantir os meios para que a universidade cumpra seu compromisso social. É esta percepção de uma universidade aberta e socialmente

responsável que deve orientar orçamentos públicos, de origem governamental. Nada impede que, além destes orçamentos, ela venha a adquirir recursos adicionais, e não principais, através de serviços prestados sob forma de relação contratual.

C.O. - O governo afirma que a situação caótica que vive o ensino fundamental tem como causa o fato de que a maioria dos recursos são carregados para o ensino superior.

Prof. Diomário - Primeiro, não existe esta história de que as universidades utilizam a maior parte dos recursos para a educação pública. Os dados apresentados pelo próprio ministro Paulo Renato de Souza são de que são destinados 25 bilhões anuais para a educação. As universidades absorvem 5 destes 25. Onde estão os outros 20 bilhões? Obviamente na educação básica e fundamental. O segundo absurdo é tentar contrapor o ensino superior ao ensino básico. A educação tem que ser vista como um todo. A verdade é que não são aplicados recursos suficientes na Educação como um todo e que nem sequer se cumprem as obrigações constitucionais: na alocação de recursos para a Educação, na expansão da educação superior pública, com sua interiorização. O governo precisa é cumprir a Constituição brasileira, erradicar o analfabetismo, ampliar o ensino fundamental e a educação superior pública — e não deixá-la estagnada como está desde 85, enquanto prometera a expansão da educação via ensino privado, de qualidade muitas vezes questionável.

O Fundo do poço

Eficiente na mídia e desastroso em política educacional, o MEC cria um fundo fiscal em que se descompromete com o ensino fundamental e diz "amém" à falta de verbas

Recentemente, o governo ganhou grande espaço em todos os órgãos de imprensa com uma proposta apontada como a grande saída para a Educação brasileira. O ministro Paulo Renato de Souza (o "eficiente" na área social, segundo Fernando Henrique e boa parte da mídia) anunciou uma Proposta de Emenda Constitucional que iria representar a correção de uma grande distorção — a falta de atenção para com o ensino fundamental.

Batizada de PEC 233, a essência da emenda era a criação de um fundo fiscal, que recolheria as verbas a serem aplicadas na Educação por Estados e Municípios (pela Constituição, 25% do orçamento) e redistribuiria os recursos. O objetivo, segundo o MEC, é atingir um salário médio de 300 reais para os professores e a aplicação de 300 reais por aluno, anualmente. Os municípios mais pobres, sem condições

de atingir esta meta, teriam garantida a complementação do MEC.

O ministro Paulo Renato tem repetido exaustivamente que não faltam verbas para sua área. Os recursos estariam, sim, sendo mal aplicados, mal distribuídos e desperdiçados. Com a PEC, seriam eliminados estes problemas e enfim o ensino fundamental teria a atenção merecida.

O governo não cumpre a Constituição e se descompromete com o ensino

Um dos pontos de partida dos neoliberais na Educação é este: existem

recursos suficientes, falta uma gestão competente. Esta aí o primeiro grande engano (para ser delicado). O Brasil investe cerca de 3,7% do PIB em Educação. Os Tigres Asiáticos, na época em que deram o grande salto econômico, investiam 10% e hoje investem cerca de 8%. O Japão investe 5,1%, com um detalhe importante: seu 2º grau é universalizado e as crianças japonesas passam de 14 a 16 anos na escola. Por isso, aplicar 5,1% do PIB japonês para manter um sistema faz sentido. Mas 3,7% do PIB brasileiro para um país que sequer venceu o analfabetismo...

Assim, para "bolar" a idéia do fundo, o governo simplesmente somou tudo o que tinha para aplicar em ensino fundamental, dividiu pelo número de alunos e chegou ao custo médio de 300 reais/ano. Diz que é um valor excelente. Mas omite que muitas cidades já investem mais que isso, e que a Unesco recomenda 2.000 dólares/ano como padrão.

A grande propaganda do governo omite também que ele não cumpre a Constituição. No Artigo 60 das Disposições Provisórias, está explícito que dez anos depois de aprovada a Constituição, 50% dos recursos destinados à Educação têm de ser aplicados no ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo. É evidente que tal imposição foi feita

para a União, já que estados e municípios já têm como obrigação a aplicação em primeiro e segundo graus. A lógica que levou à aprovação deste dispositivo era gastar mais com a Educação, até o excedente de 50% em relação ao atual orçamento.

Segundo o próprio Ministério, sua verba chega hoje a cerca de 5,5 bilhões. Para cumprir a Constituição, 2,7 bi deveriam ir para o ensino fundamental. Como afirma o ministro, a complementação do MEC no Fundo aprovado pela PEC 233 seria de 800 milhões, para ajudar municípios sem condições de atingir a meta. Desses, 522 milhões viriam do salário-educação, que já vai obrigato-

riamente para o ensino fundamental. Na verdade, a União entra nesta história com apenas 270 milhões, ou seja, 10% do que deveria gastar. Quando todas as cartas estão na mesa, fica claro que o governo federal, com a famosa PEC 233, apenas passou responsabilidades para outra esfera, se desobrigou mais uma vez com o ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

Contra a torneira aberta do desvio de verbas e da corrupção, nenhuma medida efetiva foi tomada. O que indica que o ensino fundamental, se depender do governo Fernando Henrique, está cada dia mais perto é do fundo do poço.

Vagas às custas de exclusão

Os dados que indicam pleno atendimento por vagas no ensino fundamental escondem a repetência e a evasão

A propaganda oficial tem divulgado, e muita gente tem comprado como verdade, que o problema da educação básica não é quantidade, mas qualidade. Ou seja: já estaria resolvido o problema das vagas para o ensino fundamental, a demanda já estaria atendida. Resta agora, ao país, cuidar do desafio da qualidade para alcançar a formação de mão-de-obra ideal para o mundo globalizado.

Com malabarismos estatísticos que desconsideram a realidade, os dados oficiais indicam existir 27 milhões de crianças entre 7 e 14 anos e 28 milhões de vagas no primeiro grau. Restariam alguns "bolsões" de falta de vagas, principalmente na periferia das grandes cidades ou onde o crescimento demográfico absurdo não foi acompanhado por correspondente aumento da oferta de bancos escolares.

Esse malabarismo só é possível porque já foi incorporado pelo sistema a exclusão perversa que persegue nossa população em idade escolar. Assim, pode-se abrir quinze classes de 1ª série quando a escola só teria condições de atender sete turmas durante os oito anos, pois sabe-se que a média nacional de repetência no primeiro ano é de 52%. E mais: 55% das crianças matriculadas na 1ª série não concluem o ciclo fundamental. Os que insistem na escolarização, apesar do sistema que os expulsam, levam em média 11 anos para terminar o primeiro grau.

Se uma nova geração de educadores já educacional fosse capaz de erradicar a repetência, desse radicalmente a repetência, desse

condições e estímulo para a criança seguir em frente no sistema escolar, a demanda que a estatística esconde com a exclusão apareceria de forma explosiva. Se os alunos que hoje estão na primeira série passassem para a segunda, e nova leva entrasse e seguisse no sistema, onde seriam colocadas estas crianças?

Com este raciocínio da plena atenção da demanda, reformas educacionais têm se proliferado nos estados, pregando racionalização e bom gerenciamento de recursos. O caso de São Paulo é exemplar: 148 escolas foram fechadas e 40.000 professores e funcionários demitidos. O enxugamento inclui a famosa "autonomia", em que as escolas são empurradas a procurar contribuições, geralmente via Associação de Pais e Mestres, de empresas para reformas, manutenção e equipamentos.

Esse discurso, comprado também por grandes empresas, aparece como uma saída na época em que se busca desvencilhar o público do estatal e do gratuito. A Educação passaria a ser uma obrigação da sociedade e não do Estado: se querem formar mão-de-obra, as empresas devem necessariamente investir na formação dela. Surgem então os projetos de qualidade total e de adoção de escolas por esta ou aquela corporação. Mais uma vez é o governo se desobrigando com aquilo que a Constituição lhe impõe — a manutenção e organização de um sistema nacional de ensino público e gratuito.

